

A pauta do plenário da Câmara e do Senado ainda não foi disponibilizada. Nesta semana as sessões pré-carnaval serão nos dias 13 e 14/2.

■ DEPUTADOS APROVAM PROJETO QUE CRIA CINCO COMISSÕES PERMANENTES NA CÂMARA

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de resolução que cria cinco comissões permanentes, por desmembramento das funções de outras já existentes. O projeto também prevê a criação de comissões especiais, quando o tema do projeto for tratado por mais de quatro colegiados. Assim, surgem as seguintes comissões:

- Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, desmembrada da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia;
- Comissão da Saúde, vinda da Comissão de Seguridade Social e Família;
- Comissão do Trabalho, surgida da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- Comissão de Desenvolvimento Econômico, a partir da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e
- Comissão de Comunicação, surgida da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Além da migração de atribuições específicas, o nome de comissões remanescentes também mudou. Este foi o caso da Comissão de Seguridade, que passa a se chamar Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Já a Comissão de Direitos Humanos e Minorias passa a se chamar Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. A Comissão de Ciência e Tecnologia será denominada Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Mudança no Regimento Interno reduz número de projetos arquivados na Câmara dos Deputados

Ao encerrar a 56ª legislatura (2019-2023), a Câmara dos Deputados arquivou 3.884 proposições – projetos de lei, de emenda constitucional e outras matérias apresentadas por deputados. A redução, de 74%, decorre da aprovação da Resolução 33/22, de agosto do ano passado, que modificou o Regimento Interno da Câmara e alterou as regras de arquivamento ao final da legislatura, tornando-as menos rígidas. Entre outros pontos, a resolução definiu um limite temporal para a

tramitação das propostas na Câmara, após o qual serão arquivadas. Foi estabelecido o prazo de cinco legislaturas completas para as proposições da legislatura passada (56ª) e de três legislaturas completas a partir da atual (57ª) – o que equivale a um período mínimo de 12 e máximo de 16 anos de tramitação para as matérias apresentadas pelos atuais deputados.

Deputados ignoram crise Yanomami e articulam por mineração na Amazônia

Parte da Câmara dos Deputados está retomando a discussão sobre a legalização da mineração dentro ou próxima de terras indígenas na Amazônia. Um deles,

Saulo Vianna (União-AM), tenta articular com o governo a liberação de um ponto de escavação de potássio na região. A questão da mineração em terras indígenas foi um dos temas centrais da Câmara no primeiro semestre de 2022, quando foi aprovado o requerimento de urgência do projeto que legaliza a prática, o PL nº 191/2020. O deputado Evair de Mello (PP-AL),

vice-líder do antigo governo, afirma que já trabalha junto a outros parlamentares defensores da proposta para conseguir pautar novamente no Congresso Nacional a mineração em terras indígenas na Amazônia, cujo projeto de lei aguarda a indicação dos membros de seu grupo de trabalho para seguir a tramitação.

SENADO FEDERAL

As definições das presidências e vice-presidências das comissões permanentes devem sair nas próximas semanas. As indicações para a condução das 14 comissões permanentes do Senado serão feitas pelos líderes dos partidos. O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que tudo estará definido na semana que vem. Já os senadores Plínio Valério (PSDB-AM) e Otto Alencar (PSD-BA) afirmaram que a definição deve ficar para o final do mês, após o feriado de Carnaval.

Foi aprovada a comissão que vai acompanhar crise humanitária dos Yanomami

O Plenário do Senado aprovou, no dia 8/2, a criação de uma comissão externa temporária para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no estado de Roraima. O requerimento (RQS 34/2023) foi apresentado pelos senadores Meccias de Jesus (Republicanos-RR) e Dr. Hiran (PP-RR), com o apoio de outros senadores.

OUTRAS INFORMAÇÕES

“Bancada do Cocar” disputa com conservadores controle da pauta indígena na nova legislatura

A nova legislatura do Congresso Nacional começou em meio à disputa pelo controle da pauta indígena entre parlamentares ligados à chamada “Bancada do

Cocar” e conservadores vinculados ao garimpo. Antes mesmo do início da legislatura, dois deputados já disputam a “paternidade” da frente parlamentar indígena a ser instaurada no Congresso: Célia Xakriabá (PSOL-MG) e Deputado Chrisóstomo (PL-RO), Coronel do Exército, que foi reeleito deputado e defende pautas ligadas ao garimpo. Já Célia foi eleita deputada pela primeira vez, na frente em que era presidente a Deputada Joênia Wapichana. Célia propôs a criação de uma bancada parlamentar indígena mista, ou seja, formada por Deputados e Senadores.

Garimpo usa centenas de pistas de pouso ilegais na Amazônia nas terras indígenas: Yanomami, Munduruku e Kayapó são as mais afetadas

Estudo feito pela rede MapBiomias identificou 2.869 pistas de pouso na Amazônia, mais do que o dobro das pistas contidas nos registros da ANAC. Pelas co-

ordenadas geográficas, 804 pistas de pouso, ou 28% do total, estão dentro de alguma área protegida: 320 (11%) ficam no interior de Terras Indígenas (TI) e 498 (17%) no interior de Unidades de Conservação. 456 dessas pistas, ou 15,8% do total contabilizado, ficam a até 5 km de distância de um garimpo, ou menos. No interior de Terras Indígenas, esse percentual é ainda maior: no caso da TI Yanomami, 33,7% das pistas estão a 5 km ou menos de algum garimpo; na TI Kayapó, esse percentual é de 34,6%; na TI Munduruku, 80%.

AGU cria grupo especial em defesa dos povos indígenas

A Advocacia-Geral da União criou um grupo especial em defesa dos povos indígenas, para atuar em ações relativas a processos judiciais. Segundo a portaria publicada no Diário Oficial da União do dia 7/2, o grupo tem “a finalidade de articular e uniformizar estratégias jurídicas na atividade consultiva e judicial na respectiva pauta”, e será coordenado pela Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente.

Parlamentares que formam a “Bancada do Garimpo”

Defensores do garimpo ilegal responsável pela crise humanitária que abate o povo Yanomami atuam também em prol do agronegócio e da destruição ambiental, por interesses próprios e alinhamento ideológico. Entre eles, se destacam dois conservadores: Ricardo Salles e Hamilton Mourão. Em síntese, é invadir terras públicas e usar técnicas que destroem e poluem os leitos dos rios e as florestas e matam quem vive delas, como no caso dos Yanomami, cujas imagens de desnutrição extrema pela ação de garimpeiros em suas terras percorreram o mundo nas últimas semanas.